

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (AA) PAULO CESAR RAMOS DE OLIVEIRA

**ESTRATÉGIAS MARÍTIMAS PARA O ATLÂNTICO SUL: A MARINHA DO BRASIL
E O GOLFO DA GUINÉ**

Rio de Janeiro
2024

CC (AA) PAULO CESAR RAMOS DE OLIVEIRA

**ESTRATÉGIAS MARÍTIMAS PARA O ATLÂNTICO SUL: A MARINHA DO BRASIL
E O GOLFO DA GUINÉ**

Monografia apresentada à Escola de
Guerra Naval, como requisito parcial para
a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CMG (RM1) Emilio Reis
Coelho

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

DEDICATÓRIA

A Deus por me proporcionar ânimo, coragem e saúde durante toda essa jornada. A meus Pais Homero e Nicinha, pelos ensinamentos e pelo dom da vida. A meus irmãos pelas palavras de conforto. A minha querida esposa Jeanns e minhas filhas Paula e Maria Clara, pela compreensão dos momentos ausentes.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pelo que conquistei até agora, mas peço a Ele para me dar sabedoria e saúde para conquistar muito mais. Aos meus familiares pela compreensão e amor dispensados a mim. Aos amigos da Turma de Oficiais Auxiliares da Armada do CFO 2011, pelas interações e ajuda no transcorrer do C-SUP 2024. Ao CMG (RM1) Emilio Reis Coelho pelas orientações sempre seguras.

RESUMO

Esta pesquisa analisa as estratégias marítimas no Atlântico Sul, destacando sua importância crescente como uma região vital para o comércio global e rico em recursos naturais estratégicos. Utilizando as teorias de Alfred Thayer Mahan e Geoffrey Till, explorou-se como o controle marítimo é essencial para a segurança nacional, projeção de poder e proteção de interesses econômicos na área. Focando na atuação da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné como estudo de caso, a pesquisa demonstra como uma presença naval pode não apenas combater ameaças tradicionais como a pirataria, mas também fortalecer laços diplomáticos e promover a segurança marítima regional. O trabalho visa responder a seguinte questão-problema: de que forma o Estado Brasileiro, através do Poder Naval, contribui para o combate à pirataria e demais crimes transfronteiriços no Golfo da Guiné? Este trabalho acadêmico tem como objetivo principal analisar a atuação da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné, bem como, descrever de que forma essa atuação corrobora com a influência brasileira no Atlântico Sul e em seu entorno estratégico. Por fim, destacou-se a diplomacia marítima como um componente crucial para construir confiança entre os Estados do Atlântico Sul, promovendo a cooperação em segurança, comércio e desenvolvimento sustentável. A pesquisa conclui que estratégias marítimas adaptáveis, colaborativas e centradas na segurança são essenciais para promover a estabilidade, prosperidade econômica e sustentabilidade ambiental na região.

Palavras-chave: Estratégias Marítimas. Atlântico Sul. Segurança. Golfo da Guiné. Atuação.

ABSTRACT

Maritime Strategies for the South Atlantic: The Brazilian Navy and the Gulf of Guinea

This research analyzes maritime strategies in the South Atlantic, highlighting its growing importance as a region vital to global trade and rich in strategic natural resources. Using the theories of Alfred Thayer Mahan and Geoffrey Till, it explored how maritime control is essential for national security, power projection and protection of economic interests in the area. Focusing on the actions of the Brazilian Navy in the Gulf of Guinea as a case study, the research demonstrated how a naval presence can not only combat traditional threats such as piracy, but also strengthen diplomatic ties and promote regional maritime security. The work aims to answer the following question-problem: how does the Brazilian State, through Naval Power, contribute to the fight against piracy and other cross-border crimes in the Gulf of Guinea? This academic work has as main objectives to analyze the performance of the Brazilian Navy in the Gulf of Guinea, as well as describe how this action corroborates Brazilian influence in the South Atlantic and its strategic surroundings, evaluate the performance of Brazil's actions in the Gulf of Guinea and compare and contrast this performance with the theoretical principles established by the scientific literature. Finally, maritime diplomacy was highlighted as a crucial component to build trust among South Atlantic states, promoting cooperation in security, trade and sustainable development. The research concludes that adaptive, collaborative and security-centered maritime strategies are essential to promote stability, economic prosperity and environmental sustainability in the region.

Keywords: Maritime Strategies. South Atlantic. Security. Gulf of Guinea. Acting.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estatística anual de ações de Pirataria ocorridas de 2018 a 2023	44
Figura 2 – Estatística anual de ações de roubo a navio de 2018 a 2023	44
Figura 3 – Quantidade de drogas apreendidas no mundo	45
Figura 4 – Tráfico de Drogas “de” e “para” a África	45

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNBN	Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia
AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EDM	Estratégia de Defesa marítima
END	Estratégia Naval de Defesa
IMO	Organização Marítima Internacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LCM	Linhas de Comunicação Marítimas
OBE	Objetivos Estratégicos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PND	Política Naval de Defesa
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 ESTRATÉGIAS MARÍTIMAS.....	13
2.1 ESTRATÉGIA MARÍTIMA SEGUNDO MAHAN.....	14
2.2 ESTRATÉGIA MARÍTIMA SEGUNDO GEOFFREY TILL.....	15
3 A INFLUÊNCIA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL E OS PROBLEMAS NO GOLFO DA GUINÉ.....	17
3.1 COOPERAÇÃO EM TORNO DO ATLÂNTICO SUL E OS PAÍSES DO GOLFO DA GUINÉ.....	18
3.2 ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL – ZOPACAS.....	20
3.3 PROBLEMAS DE SEGURANÇA MARÍTIMA ENFRENTADOS PELOS PAÍSES DO GOLFO DA GUINÉ.....	21
3.3.1 A Pirataria no Golfo da Guiné.....	21
3.3.2 O Terrorismo no Golfo da Guiné.....	23
3.3.3 O Tráfico Internacional de Drogas e Armas no Golfo da Guiné.....	24
4 A MARINHA DO BRASIL NO GOLFO DA GUINÉ.....	26
4.1 A MARINHA EM OPERAÇÕES NO GOLFO DA GUINÉ.....	26
4.1.1 Operação Obangame Express.....	27
4.1.2 Operação Grand African NEMO.....	28
4.1.3 Operação GUINEX.....	30
4.1.4. Operação FELINO.....	31
4.2 ASSESSORAMENTO TÉCNICO.....	32
4.2.1 Cooperação entre a Marinha do Brasil e a Namíbia.....	33
4.2.2. Cooperação entre a Marinha do Brasil e o Cabo Verde.....	34
4.2.3. Cooperação entre a Marinha do Brasil e São Tomé e Príncipe.....	35
5 CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS.....	38
ANEXOS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Devido a importância do mar para o Brasil, particularmente o Atlântico Sul, a busca pelo protagonismo perante os Estados limítrofes tornou-se estratégica e a segurança neste entorno é assunto prioritário. Nesse cenário, a Marinha do Brasil é a responsável e representante do Estado Brasileiro na difícil tarefa de garantia da segurança no Atlântico Sul, assim como na Amazônia Azul, extensa área marítima rica em recursos naturais vivos e não vivos. Segundo o Almirante Roberto de Carvalho (2004, p. 19), “toda riqueza acaba por se tornar objeto de cobiça, impondo ao detentor o ônus da proteção”.

De acordo com a Estratégia Naval de Defesa (END): “a Marinha do Brasil tem a missão de preparar e empregar o Poder Naval, devendo ser capaz de manter a segurança nas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), onde houver interesse para a nação” (Brasil, 2020).

No contexto da segurança do Atlântico Sul, o Golfo da Guiné vem chamando atenção de várias nações pelo aumento dos casos de pirataria, tráfico de drogas e armas e ainda pela pesca ilegal naquela área da costa oeste do continente africano. Chama atenção também que o Golfo da Guiné abriga uma das mais significativas reservas de petróleo do planeta, sendo local com intenso tráfego marítimo e interesse de várias potências mundiais entre elas EUA, China, Índia, França e Portugal. Destarte os interesses de diversas nações, o Brasil busca estar presente naquela área a fim de resguardar interesses no seu entorno estratégico conforme descrito na sua Política Naval de Defesa (PND) (Brasil, 2020).

Tais acontecimentos trouxeram às potências mundiais e também ao Brasil grandes preocupações, pois são ilícitos que têm ocorrido nas proximidades de seus entornos estratégicos. No caso brasileiro, esses interesses podem envolver as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) até a sua costa (Abdenur e Souza Neto (2014) *apud* Violante, 2017, p. 166).

Dessa forma, este trabalho acadêmico visa analisar a atuação da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné, bem como, descrever de que forma essa atuação corrobora com a influência brasileira no Atlântico Sul e em seu entorno estratégico, apresentando as similaridades e as singularidades encontradas entre a atuação da

MB no Golfo da Guiné no período de 2013 até aos dias atuais e as teorias de Estratégia Naval de Mahan e Till, buscando responder à seguinte pergunta: “De que forma o Estado Brasileiro contribui, através do Poder Naval, a partir de 2013 até os dias atuais, para o combate à pirataria e demais crimes transfronteiriços no Golfo da Guiné?”. Para tanto, os objetivos específicos são: (a) apresentar o contexto histórico e atual da segurança marítima no Atlântico Sul, com ênfase na relevância da presença e das estratégias da Marinha do Brasil na região, destacando o papel do país em relação às ameaças e oportunidades; (b) analisar e comparar as principais teorias de estratégias marítimas, utilizando as visões clássicas de Mahan e Geoffrey Till, aplicando-as ao cenário geopolítico do Atlântico Sul e suas influências na atuação da Marinha do Brasil; (c) avaliar o papel da Marinha do Brasil na segurança do Atlântico Sul e identificar os desafios enfrentados pelos países do Golfo da Guiné, com destaque para as ações cooperativas regionais e multilaterais; (d) avaliar a atuação da Marinha do Brasil em missões e operações no Golfo da Guiné, destacando sua contribuição para a segurança da região.

Para responder à questão proposta, adotaremos uma abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica e documental, recorrendo a obras de especialistas no assunto. No segundo capítulo, intitulado “Estratégias Marítimas”, exploraremos as contribuições de autores como Mahan e Geoffrey Till, cujas obras serão analisadas em detalhes.

No terceiro capítulo, contextualizaremos a influência Brasileira no Atlântico Sul e os principais problemas no Golfo da Guiné. Nele, falaremos da cooperação em torno do Atlântico Sul e os países do Golfo da Guiné, assim como das parcerias entre as diversas marinhas e os problemas enfrentados naquela porção do Atlântico, desafios estes que têm despertado preocupações tanto entre as principais potências mundiais quanto no âmbito brasileiro.

No capítulo seguinte, nominado “A Marinha do Brasil no Golfo da Guiné”, investigaremos a participação da Marinha do Brasil nas diversas operações no Golfo da Guiné, destacando como sua atuação pode influenciar positivamente o cenário estratégico regional. Essas operações implementam a ação de presença naquela área do Atlântico Sul, evidenciando também a cooperação entre as diversas marinhas na área e a ajuda técnica para a implementação, adestramento e

assessoria de pessoal para formação de algumas marinhas na costa africana. Em seguida encerraremos com uma breve conclusão.

Este trabalho é importante porque o Atlântico Sul, particularmente o Golfo da Guiné, faz parte do interesse estratégico do Brasil, descrito na PND (Brasil, 2020). Além disso, o Golfo da Guiné é uma área de crescente preocupação devido aos desafios de segurança, como a pirataria, o tráfico de drogas e a pesca ilegal, afetando não só os países costeiros, mas também potências mundiais interessadas na região, assim como o Brasil.

Assim, a pesquisa também contribuirá academicamente para o entendimento das dinâmicas de segurança marítima na região e para o desenvolvimento de políticas e estratégias eficazes. Portanto, a pesquisa sobre estratégias marítimas para o Atlântico Sul, com foco na atuação brasileira no Golfo da Guiné, é justificada pela importância estratégica da região, pela necessidade de proteger os interesses nacionais e promover a segurança marítima regional e internacional.

O envolvimento da Marinha do Brasil na luta contra os crimes ocorridos no Golfo da Guiné pode colocar o Estado Brasileiro em posição de destaque no cenário mundial e em seu entorno estratégico, trazendo assim benefícios financeiros e político estratégicos.

Alinhando-nos à declaração do ex-Ministro da Defesa brasileiro Celso Amorim onde afirma que: “os países africanos têm conosco um comércio crescente, há interesses crescentes do Brasil na África, e eles têm interesse também em cooperação para garantir que o Atlântico Sul continue a ser um oceano pacífico, mas também para enfrentar novas ameaças, como pirataria, contrabando e tráfico de drogas” (Brasil, 2013), e considerando as preocupações globais relacionadas aos crimes de pirataria, tráfico de armas, drogas, pessoas e pesca ilegal no Golfo da Guiné, propomos uma análise da contribuição da Marinha do Brasil no combate a essas atividades ilícitas e transfronteiriças na região.

Utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, além de pesquisa na internet e sítios governamentais para investigar as estratégias marítimas no contexto do Atlântico Sul, com foco específico nas atividades da Marinha do Brasil na região do Golfo da Guiné. A metodologia foi dividida em três etapas principais: seleção e revisão da literatura relevante, coleta e análise de

documentos oficiais, e síntese dos dados para desenvolvimento do estudo.

Na etapa de seleção e revisão da literatura relevante, realizou-se uma extensa pesquisa bibliográfica para identificar e selecionar trabalhos acadêmicos, livros, artigos científicos e outros materiais relevantes que abordem as estratégias marítimas no Atlântico Sul. A pesquisa foi conduzida em bases de dados acadêmicas, bibliotecas digitais e outros recursos pertinentes.

Na fase final, os dados coletados foram sintetizados e organizados para desenvolver o estudo. Foi feita uma avaliação crítica dos resultados da pesquisa, destacando os principais aspectos das estratégias marítimas no Atlântico Sul, com foco na atuação da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné. Além disso, realizou-se uma análise embasada na Teoria do Poder Marítimo de Alfred Thayer Mahan, presente na obra "The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783 (1890)", assim como foi analisado o livro intitulado "Seapower: A Guide for the Twenty-First Century" (2018), de Geoffrey Till. Foram empregados, adicionalmente, textos, artigos, dissertações e teses de autores que se fundamentam nessas teorias como fontes complementares, visando enriquecer a pesquisa.

2 ESTRATÉGIAS MARÍTIMAS

A Publicação EMA-310, Estratégia de Defesa Marítima (EDM), define que o Conceito Estratégico é a “essência” da EDM, esta, integra as ameaças e oportunidades para a formulação das “Diretrizes Estratégicas voltadas para o Preparo e Emprego do Poder Naval” (Brasil, 2023). Dessa forma, é possível obter as informações necessárias para aplicar os meios para o atingimento dos Objetivos Estratégicos (OBE). Segundo a EDM, os OBE, num total de onze, orientam as ações e tarefas da Marinha do Brasil (MB) e englobam os Campos de Atuação do Poder Naval, sendo eles: Defesa Naval, Segurança Marítima, Diplomacia Naval e Apoio às Ações do Estado. De acordo com cada Campo de Atuação, a EDM define a Postura e a Prioridade Estratégica a ser empregada (Brasil, 2023).

A vigilância das águas do Atlântico Sul, enfrenta uma variedade de ameaças assimétricas, incluindo pirataria, tráfico de drogas, contrabando e terrorismo. Essas ameaças exigem respostas estratégicas que vão além das operações navais

convencionais. Por exemplo, a pirataria no Golfo da Guiné tem sido um problema crescente, comprometendo tanto o comércio quanto a segurança regional. Para combater essas ameaças, é imperativo adotar uma abordagem ampla que integre vigilância avançada, patrulhamento regular e cooperação com as forças de segurança locais (Gonçalves e Corbellini, 2014).

Ciente das ações na área do Atlântico abordada neste estudo, a EDM estabeleceu uma Prioridade Estratégica no Campo de Atuação da Diplomacia Naval (DIP), que é dividida em três ações principais: DIP1 - Influenciar nas questões marítimas relacionadas ao Golfo da Guiné, priorizando as ações e diretrizes identificadas na análise das Possibilidades de Atuação; DIP2 - Apoiar o Ministério das Relações Exteriores (MRE) no fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS); e DIP3 - Ampliar a participação da MB em fóruns internacionais que tratem de assuntos marítimos e de meio ambiente marinho (Brasil, 2023). Essas ações prioritárias ressaltam a intenção do Brasil de alcançar uma posição de destaque frente aos desafios enfrentados pelos países que compõem o Golfo da Guiné. De acordo com Neves (2015), as marinhas dessa região devem cooperar para patrulhar e proteger as rotas marítimas contra pirataria, contrabando e outras atividades ilegais.

Nesse contexto, buscamos fontes em teóricos como Mahan e Till, que podem nos ajudar a pensar estratégias para a proteção desse oceano tão importante para o Brasil, mais especificamente o Golfo da Guiné. Cabe mencionar, ainda, que o Atlântico Sul, conforme definido na Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2020, é prioritário.

2.1 Estratégia Marítima segundo Mahan

Alfred Thayer Mahan (1840-1914), historiador e estrategista naval, usou o ambiente histórico focado na Europa e na América para discorrer sobre a importância do controle do mar para a prosperidade de uma nação e de um povo. Mahan centrou seu estudo no espaço temporal entre 1660 e 1763. Mahan, em sua obra seminal "The Influence of Sea Power upon History" (1890), identifica seis elementos cruciais para o desenvolvimento do poder naval: "posição geográfica,

características físicas do território, extensão do território, população, caráter do povo e caráter do governo”. Ele acredita que nações com fortes marinhas mercantes e militares são mais capazes de influenciar os eventos globais e proteger seus interesses (Marroni, Violante e Cabral, 2019).

Segundo Mahan (1890), as grandes potências da antiguidade conseguiram seus domínios a partir do mar, sendo a posição geográfica o fator mais relevante para sua ascensão. A Inglaterra, grande potência da época se beneficiou dessa característica, segundo Almeida:

O mar tornava-se, dessa maneira, a fonte de onde emanava todo o poder nacional. Se analisarmos os seus seis elementos ou fatores do poder marítimo, três deles se referiam a contingências geográficas, a posição geográfica, a extensão territorial e a conformação física, em uma clara demonstração da importância da geografia para sua teoria (Almeida, 2010, p. 157).

Usando suas características territoriais e acesso a dois oceanos, Atlântico e Pacífico, os Estados Unidos, utilizando-se das teorias de Mahan, conseguiram direcionar sua estratégia de crescimento centrada no mar, assim tornou-se a potência com maior ascensão, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Carmona, citando Mahan (1890), referiu-se a ascensão dos Estados Unidos da seguinte forma:

Assim, pode-se dizer que o pensamento de Mahan foi base para os Estados Unidos transitarem à categoria de país hegemônico. Sua teoria aparece sob medida para o projeto de expansão imperialista estadunidense (Carmona, 2012).

Ainda, de acordo com Mahan (1890), o poder marítimo era determinante para que uma nação fosse próspera, sendo necessário possuir o controle das linhas de comunicação marítimas. Reafirmando o pensamento de Mahan, Almeida descreve que:

A existência de uma Marinha Mercante poderosa para transportar bens, de colônias para a troca comercial e de bases navais e de produção fabricando bens para essas trocas, constituía o que se chama de triângulo mahaniano, elementos fundamentais para o desenvolvimento dos Estados, tudo isso protegido por uma Marinha de Guerra poderosa e capaz de controlar o mar (Almeida, 2010, p. 157).

Apesar de reconhecer que a geografia era decisiva para o desenvolvimento de uma nação, Mahan entendia que características da população que vivia naquele território, como seu tamanho e caráter, influenciavam e eram importantes para impulsionar aquele crescimento, além disso, o desempenho do governo local, com o desenvolvimento de políticas de incentivo complementavam essa teoria (Almeida, 2010, p. 157).

De acordo com o discorrido sobre Mahan, percebe-se que em sua teoria, que influenciou potências hegemônicas como os Estados Unidos e a Inglaterra, e é utilizada como base de estudo sobre estratégias marítimas na atualidade, ele enfatiza que para ser próspero, um país precisa ter uma marinha mercante pujante e um poder naval forte frente as dificuldades enfrentadas para a manutenção da segurança e controle do tráfego marítimo.

2.2 Estratégia Marítima segundo Geoffrey Till

Geoffrey Till, britânico historiador, professor emérito de estudos marítimos no King's College London, leciona e pesquisa sobre o poder marítimo, segurança marítima e estratégia naval, sendo um dos mais proeminentes estudiosos contemporâneos de políticas e estratégias marítimas e sobre o uso do mar. Em sua obra "Seapower: A Guide for the Twenty-First Century" (2018), Till argumenta que a estratégia marítima deve abordar uma ampla gama de questões, desde a guerra naval convencional até a segurança marítima, a proteção do ambiente marinho e a resposta a ameaças assimétricas como a pirataria e o terrorismo. Till (2018) também enfatiza a importância da cooperação internacional e da construção de coalizões para enfrentar desafios comuns no domínio marítimo.

Para Till (2018), a segurança deve ser pensada de forma abrangente, sem confinar a atuação aos seus limites territoriais. Ao contrário, deve haver a integração entre todos os envolvidos para que se oponham de forma eficaz ao inimigo. Durante sua participação no I Ciclo Internacional de Conferências sobre o Poder Marítimo, acontecido na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, em 2005, Till afirmou:

Será necessário trabalhar de forma mais íntima com outros países para proteger a paz e a estabilidade, não só na região em que se situa cada país, assim como para promover, internacionalmente, um ambiente propício ao desenvolvimento econômico-social (Till, 2006).

Na mesma conferência, Till (2006) apresenta uma figura na qual demonstra a movimentação dos navios mercantes nos oceanos, com uma grande concentração no Atlântico Norte e no Pacífico Norte, salientando que mais importante que os continentes e países, o transporte marítimo está mostrando um mundo multinacional e global. Complementou dizendo que Mahan já previa, ainda no século XIX, que haveria uma multiplicação das comunicações marítimas, fortalecendo a conexão e criando um ambiente propício para as nações se associarem.

Baseando-se ainda na figura apresentada, Till (2006) argumenta que dela poderia extrair três consequências de cunho estratégico, quais sejam: consequência um - “a morte da distância”, onde os conflitos poderiam ser “transplantados” para qualquer lugar do planeta, obrigando as nações a criarem sistemas de segurança capazes de se proteger de ameaças que podem vir do outro lado do mundo; consequência dois – “o encolhimento do alto-mar”, aqui ele cita a globalização que diminui as distâncias geográficas, isso pode unir, facilitando a integração entre países, porém, pode transferir problemas de uma nação para outra; e consequência três – “a ampliação do conceito de segurança”, o que influencia na percepção espacial e visa a estabilidade sobre a qual um sistema de segurança deve ser fundamentado (Till, 2006. p. 11).

Till (2018) relaciona a segurança marítima ao termo “boa ordem no mar”, enfatiza que é necessário criar um ambiente de dissuasão para contrapor às ameaças. Dessa forma, sugere o emprego de navios de guerra que possuam aeronaves e drones embarcados, que sejam velozes e estejam armados com canhões e militares que possuam experiência em abordagem.

Neste capítulo foi possível demonstrar as teorias de Mahan (1890) e Till (2018). Grandes teóricos que são referência para diversas nações pensarem estratégia. Mahan nos mostrou que o controle das LCM foi fundamental para a ascensão de grandes potências como os Estados Unidos e Inglaterra e que a geografia do território, junto com a vontade política de um povo, foram fatores preponderantes. Já Till (2018), amplia a visão de Mahan (1890), incluindo a

utilização do Poder Naval para a dissuasão e projeção de poder, assim como a cooperação internacional para a proteção de interesses econômicos comuns.

Till (2018) complementa a visão de Mahan (1890), enfatizando a natureza multifacetada da estratégia marítima contemporânea, que abrange desde a guerra convencional até operações de segurança marítima e a proteção do ambiente marítimo. De acordo com Marroni, Violante e Cabral (2019), a elaboração de estratégias marítimas eficazes para o Atlântico Sul é um empreendimento complexo que exige uma abordagem multifacetada e colaborativa. As teorias de Alfred Thayer Mahan e Geoffrey Till fornecem uma base sólida para entender a importância do poder naval e a necessidade de uma estratégia marítima abrangente e adaptável. Com um enfoque estratégico e cooperativo, as nações do Atlântico Sul podem proteger seus interesses e contribuir para a estabilidade e segurança global.

Ao aplicar os ensinamentos de Mahan (1890) e Till (2018) ao contexto do Atlântico Sul, torna-se evidente a necessidade urgente de fortalecer a segurança marítima nessa região, que enfrenta uma variedade de ameaças assimétricas, tais como pirataria, tráfico de drogas, contrabando e terrorismo. Nesse sentido, o próximo capítulo tratará dos desafios enfrentados no Golfo da Guiné, tema central deste estudo, os quais estão impactando negativamente o comércio e a segurança na região.

3 A INFLUÊNCIA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL E OS PROBLEMAS NO GOLFO DA GUINÉ

Para começarmos a compreender melhor o Atlântico Sul, é necessário inicialmente, entender sua localização geográfica no globo. Dessa forma, buscamos em Therezinha de Castro, que assim o posicionou:

Espaço marítimo compreendido entre três frentes continentais, América, África e Antártica; e três corredores, o do Norte – constituído pela zona de estrangulamento Natal-Dakar – no Sul – entre a Antártica e os continentes americano e africano, coordenada pelo Estreito de Drake e Passagem do Cabo. É assim considerado o mais internacional dos oceanos (Castro, 1970, p. 19).

O Atlântico Sul possui um histórico importante desde a época dos grandes descobrimentos, por ele navegavam as caravelas, principalmente as portuguesas e espanholas, estas eram responsáveis pelo transporte de mercadorias e escravos. O Oceano serviu como uma das mais relevantes rotas de comércio mundial entre a Europa, África, América e pouco mais tarde para a Ásia (Brasil, 2020).

Afirmando a importância do Atlântico Sul para a época, Pereira e Barbosa (2012) argumentam que o Oceano une a América do Sul à África, atuando como espaço físico de intercâmbios técnicos e comerciais entre os dois continentes. As autoras continuam reconhecendo que o oceano era o palco do comércio entre Europa, América Latina e África, e atualmente reconquista relevância geoeconômica e geopolítica devido a descoberta de recursos naturais no seu entorno, assim como a mudança estratégica das grandes potências na direção ao Sul.

Dessa forma, neste capítulo pretende-se apresentar as iniciativas de cooperação em torno do Atlântico Sul e os países do Golfo da Guiné, após, falaremos sobre a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS e finalmente os problemas enfrentados pelos países do Golfo da Guiné como a pirataria, o terrorismo, o tráfico de drogas e armas, além da pesca ilegal.

3.1 Cooperação em torno do Atlântico Sul e os países do Golfo da Guiné

A presença significativa de nações de fora do Atlântico Sul nas iniciativas de segurança marítima no Golfo da Guiné ressalta a importância de estabelecer uma identidade dedicada às questões de segurança. Vários países africanos, ainda em processo de recuperação dos prolongados períodos de colonização, encontram dificuldades para organizar suas forças de segurança de maneira eficiente. Por isso, a cooperação internacional torna-se essencial (Leão, 2017).

Nesse contexto, fazendo-se uma comparação com as teorias de Till, podemos afirmar que deverá haver uma melhor sinergia com os vários países envolvidos com a finalidade da manutenção e proteção da paz e da estabilidade, tanto nas proximidades de seu território, quanto a nível regional e global, fomentando assim, um ambiente próspero para todos os organismos envolvidos (Till, 2006).

O Brasil participa ativamente de fóruns e iniciativas multilaterais, como a Zona

de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), assunto que veremos mais adiante, além de promover ações de diplomacia naval (Gonçalves e Corbellini, 2014). Marroni, Violante e Cabral (2019) afirmam que além do combate direto à pirataria, a presença naval brasileira no Golfo da Guiné inclui missões de presença e diplomacia naval. Visitas diplomáticas, exercícios conjuntos e missões humanitárias reforçam os laços bilaterais e multilaterais, consolidando o Brasil como um parceiro confiável comprometido com a segurança regional.

Outro aspecto relevante é o papel do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que inclui nações africanas do Golfo da Guiné. Essa conexão cultural e linguística facilita a cooperação e promove a integração econômica e política (Gonçalves e Corbellini, 2014).

Essas parcerias estratégicas aumentam a capacidade coletiva de resposta a ameaças e contribuem para a construção de uma rede de segurança robusta no Atlântico Sul (Guimarães, 2016). Dentre os exercícios que o país participa, um dos mais importantes é o Obangame Express, liderado pelo AFRICOM, o comando militar dos Estados Unidos para a África, pode-se apontar também as operações Grand African NEMO, Guinex, Felino. Tais operações serão abordadas em capítulo futuro quando falaremos da participação da Marinha do Brasil em operações no Golfo da Guiné. Essas ações envolvem vários países e o foco principal é a cooperação e treinamento com as marinhas amigas dos países da costa ocidental africana para a segurança da região marítima do Golfo da Guiné.

Assim, afirma Leão:

O Brasil tem se mostrado um grande aliado das marinhas africanas auxiliando na instrução e no treinamento dos oficiais nas instituições de ensino da Marinha do Brasil. Além de estar apoiando, juntamente com outros países como Portugal, ações que visam a cooperação militar na região, dando destaque para os países membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), sendo esse fator, a língua, essencial para o início de uma criação identitária, não apenas na área de defesa, mas em outros setores estratégicos (Leão, 2017, p. 10).

Após demonstrarmos a importância da integração entre os diversos países para a preparação de um poder naval compatível com os crescentes problemas que atualmente atingem a maioria dos países, em especial a área do golfo da Guiné, faz-se uma busca nos ensinamentos de Till (2018) que alude que a segurança deve ser

pensada de forma abrangente, sem limitar a atuação aos seus limites territoriais. Ao contrário, deve haver a integração entre todos os envolvidos para que se oponham de forma eficaz.

3.2 Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS

Durante a Conferência de Ministros das Relações Exteriores do Atlântico Sul, ocorrida em Brasília no ano de 1986, foi criada a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS. Esforço brasileiro para integrar os países do Atlântico Sul, a ZOPACAS nasceu com objetivo de manutenção da paz naquele oceano, para evitar conflitos armados e a partir da integração entre as nações signatárias, criar um ambiente seguro e estável. Criada em plena Guerra Fria (1947-1991), a ZOPACAS sofreu críticas internas (países banhados pelo Atlântico Sul) e externas (principalmente os Estados Unidos e alguns países europeus, assim como a União Soviética). Esses países tinham interesses divergentes no cenário geopolítico e estratégico da época (Aguilar, 2013).

A ZOPACAS recebeu a adesão de 24 países lindeiros ao Atlântico Sul, sendo três sul-americanos e 21 africanos, são eles:

África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (Oliveira, 2024).

A Zopacas passou por um período de enfraquecimento, de acordo com Pimentel (2016) foi devido aos problemas econômicos e políticos dos países sul-americanos e africanos, na década de 1990. Pimentel (2016) afirma que a década de 1990 foi marcada por rupturas e reveses na cooperação Atlântica. Pimentel (2016) enfatiza ainda, que em detrimento aos problemas ocorridos na década de 1990, o acordo bilateral Brasil-Namíbia foi significativo pois marcou a entrada da Marinha naquele continente no ano de 1994. Buscou-se, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, implementar operações e exercícios navais como Atlasur, Felino, Ibsamar e Atlantic Tinding (Aguilar, 2013), tentando assim, manter a

cooperação entre os países signatários da Zopacas.

Em 2007, quando a Angola assumiu a presidência do organismo, iniciou-se a fase de revitalização da Zopacas (Pimentel, 2016). Nesse contexto, foram criados novos objetivos, Oliveira (2024) assim os descreve: “o combate à fome e à pobreza; a reforma do Conselho de Segurança da ONU; a discussão de um regime comercial global mais justo; e a utilização da energia nuclear de forma pacífica”.

A partir de então, os países costeiros ao Atlântico Sul buscaram se reorganizar para a discussão de uma nova arquitetura de segurança para o oceano. Num esforço para fortalecer a Zopacas foi lançado o Plano de ação de Montevideo, reunião com a presença dos Ministros de Defesa dos Estados signatários em Montevideo, no ano de 2013 (Oliveira, 2024). Ainda de acordo com Oliveira (2024), após uma década, em 2023, aconteceu a VIII Reunião Ministerial realizada em Mindelo, Cabo Verde, nos dias 17 e 18 de abril de 2023, onde o Brasil foi representado pelo Ministro das Relações Exteriores.

Ainda no ano de 2023, no mês de outubro, aconteceu o 2º Simpósio Marítimo da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), realizado na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, com o tema: “Fortalecendo a Cooperação Marítima e a Segurança no Atlântico Sul”, cujo objetivo foi promover a paz, a prosperidade, a segurança e a estabilidade no entorno estratégico brasileiro, contribuindo para um apoio mútuo na área (Oliveira, 2024). De acordo com o Almirante de Esquadra Cunha:

Este evento representa, também, valorosa oportunidade para o estreitamento dos laços de amizade e de cooperação que unem nossos países. A ZOPACAS é um fórum que nos permite trabalhar juntos em prol de um futuro melhor para todos os cidadãos da região, demonstrando como a diplomacia e a colaboração podem superar desafios complexos (Oliveira, 2024).

3.3 Problemas de segurança marítima enfrentados pelos países do Golfo da Guiné

O Golfo da Guiné enfrenta vários problemas que causam implicações significativas para a segurança, para a estabilidade da região e para manutenção

das linhas de comunicações marítimas, nesse subcapítulo serão apresentadas as ameaças mais comuns que afetam aquela área do Atlântico Sul, quais sejam: a pirataria, o terrorismo, o tráfico internacional de armas e drogas e a pesca ilegal.

3.3.1 A Pirataria no Golfo da Guiné

Para melhor entender o conceito de pirataria, buscamos auxílio na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Este importante documento, em vigência desde 1994, em seu artigo 101, define que constituem pirataria quaisquer dos seguintes atos:

1- o do ato ilícito de violência ou de detenção ou todo ato de depredação cometidos, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privados, e dirigidos contra: 1.1- um navio ou uma aeronave em alto-mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos; 1.2- um navio ou uma aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum Estado; 2- todo ato de participação voluntária na utilização de um navio ou de uma aeronave, quando aquele que o pratica tenha conhecimento de fatos que deem a esse navio ou a essa aeronave o caráter de navio ou aeronave pirata; e 3- toda a ação que tenha por fim incitar ou ajudar intencionalmente a cometer um dos atos enunciados nas alíneas 1 ou 2 (Brasil, 1990).

De acordo com o relatório anual da Revista Maritime Security (2023, p.14), os eventos de pirataria no mundo vêm diminuindo a cada ano. A figura 1 demonstra que num total de 465 ações ocorridas no mundo no período, 241 delas foram na área marítima do Golfo da Guiné, mais da metade dos incidentes. Assim como no mundo, a pirataria no Golfo da Guiné também vem diminuindo, resultado das ações de cooperação mundial no combate à pirataria, para corroborar com essa informação, Guastini afirma:

O Brasil realiza operações de patrulhamento marítimo em colaboração com países da região, utilizando navios e aeronaves para monitorar áreas de alto risco, garantindo assim a segurança das rotas comerciais. Além disso, o Brasil participa de exercícios conjuntos e oferece treinamentos e capacitações a marinhas locais, melhorando suas capacidades de resposta a ameaças. Esse apoio técnico é fundamental para fortalecer a resiliência das nações costeiras contra atividades criminosas (Guastini, 2020).

De acordo com a Resolução 1.1065 (26) da Organização Marítima

Internacional (IMO):

além dos atos de pirataria confirmados, existem os roubos a navios cometidos nas águas territoriais de um Estado, esses não podem ser enquadrados como pirataria, mas são incluídos no código de conduta para os crimes de pirataria e assalto à mão armada contra navios (French, 2023, p. 14).

Podemos visualizar na figura 2 que diferentemente dos atos de pirataria, o roubo a navios ainda se mantém alto pelo mundo, com o crescimento das ações no Sudeste Asiático e no Oceano Pacífico. Porém, no Golfo da Guiné, apesar do quantitativo de ações ser maior que a pirataria, os roubos a navio também têm diminuído.

3.3.2 O Terrorismo no Golfo da Guiné

O terrorismo se desenvolve, na sua grande maioria, no meio terrestre. De acordo com Kwarkye (2022), é possível afirmar que existe investimento de atores externos que fomentam o terrorismo, evidências apontam que grupos Jihadistas atuam nos Estados costeiros, financiando, equipando e gerindo a logística que impulsiona o terrorismo.

No Benin, em fevereiro de 2022, foram implantados explosivos no Parque Nacional W, na ocasião nove pessoas morreram e doze ficaram feridas, o que foi considerado um de seus ataques mais letais. Três meses antes, aconteceu uma série de ataques ao norte do país, provocando diversas mortes (Kwarkye, 2022). Ainda segundo Kwarkye (2022), Togo e Costa do Marfim foram alvos de ataques em 2021, no primeiro, grupos armados forçaram os residentes a deixar suas casas e abandonar um vilarejo, no segundo, onze soldados foram mortos em ataques.

A Nigéria é o país mais afetado pelo extremismo, sendo alvo constante de ações terroristas por meio de duas principais facções que atuam naquela área. O Boko Haran e o Estado Islâmico na Província da África Ocidental (ISWAP) atuam em ações que causam insegurança e desestabilização na Nigéria, e em grande parte da África, provocando assim, sofrimento da população e prejuízo à economia local. Em 2020, o Boko Haran foi responsável pelo ataque na aldeia Koshobe, no Estado de Borno, onde 110 vidas foram ceifadas, todas as vítimas eram trabalhadores dos

arrozais locais. As ações são sempre muito violentas, sendo que os grupos terroristas costumam lançar foguetes em instalações, efetuar sequestros, executar assassinatos, usar artefatos artesanais e ainda utilizar homens e mulheres bomba (Kingdom, 2022).

Estados costeiros do Golfo da Guiné se uniram para combater esses grupos terroristas, e numa operação conjunta denominada “Koudanlgou”, cerca de 6 mil soldados foram utilizados, como resultado, 300 extremistas foram presos. Além disso, ações políticas e de cerceamento de liberdade como toque de recolher, fechamento de comércio e restrições ao deslocamento da população foram tomadas, sem alcançar o resultado esperado (Kwarkye, 2022).

O panorama do terrorismo na região do Golfo da Guiné revela uma complexa intersecção entre extremismo violento e fatores geopolíticos, com evidências sugerindo a atuação de grupos jihadistas que recebem suporte externo. A dinâmica dos ataques, como o ocorrido no Parque Nacional W no Benin e as agressões em Togo e Costa do Marfim, destaca não apenas a violência e a brutalidade dos grupos terroristas, mas também a crescente capacidade desses grupos de operar e se expandir em territórios costeiros. As tentativas de resposta através da operação conjunta “Koudanlgou” e medidas políticas, como restrições de movimento e toques de recolher, ilustram o esforço regional para enfrentar a ameaça, mas também sublinham a dificuldade de alcançar uma solução eficaz e duradoura. A eficácia dessas abordagens continua a ser um ponto de debate, especialmente quando confrontada com a persistência e a adaptação dos grupos terroristas, o que exige uma reavaliação contínua das estratégias de segurança e cooperação internacional na região.

3.3.3 O Tráfico Internacional de Drogas e Armas no Golfo da Guiné

O The World Drug Report 2024 (ONU, 2024), figura 3, afirma que existe grande fluxo de drogas pelo mundo, sendo as drogas ATS as mais apreendidas seguida por cocaína, opioides e logo depois a maconha. A área do Golfo da Guiné é cada vez mais afetada pelo tráfico de drogas e danos relacionados ao uso de drogas, à medida que grupos criminosos estão usando o continente africano como

rota de passagem para transitar a cocaína originária principalmente da América, com destino a Europa e Ásia. Os principais fluxos de tráfico de cocaína continuam a ser provenientes da região andina para outros países das Américas e para a Europa Ocidental e Central (ONU, 2024). Ainda, segundo a ONU (2024), os países da Costa Ocidental da África, tradicionalmente, não fazem parte das principais rotas do tráfico de drogas, mas grupos criminosos têm se voltado cada vez mais para o continente para a carregamento de cocaína, heroína e metanfetamina, esse fluxo de drogas aumentou claramente nas últimas três décadas.

O The World Drug Report 2024 (ONU, 2024), figura 4, apresenta o caminho e origem da droga que passa pelo continente africano, vê-se que a cocaína é a droga que entra em maior abundância pelo Golfo da Guiné. Essa cocaína que entra pelo mar, sai principalmente para a Europa. Em 2018, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou um relatório que afirmava que o tráfico de cocaína naquela área movimentava uma cifra de mais de 3 milhões de dólares por ano (Okafor-Yarwood e Pigeon, 2020). Cabe ressaltar que apesar do grande fluxo de cocaína pelo Golfo da Guiné, a Nigéria é grande consumidora de maconha.

O combate a esse crime requer cooperação internacional eficaz, confiança em partilha de informações em operações conjuntas, em particular em zonas fronteiriças dominadas por grupos organizados, há também de se pensar em sistemas de alerta precoces e de monitorização. O tráfico de armas de fogo¹ também vem causando problemas pelo mundo, assim como no Golfo da Guiné.

O comércio ilícito de armas portáteis de pequeno e grosso calibre alimenta conflitos entre os diversos grupos étnicos, ameaçando a segurança, a sustentabilidade e o progresso no Golfo da Guiné. A propagação do tráfico marítimo de armas concorre para níveis alarmantes de conflitos armados, militância, pirataria e assaltos à mão armada no mar, e insegurança geral. Uma grande parte do tráfico de armas envolve rotas marítimas, prova disso é o aumento das apreensões de grandes carregamentos de armas por via marítima no Golfo da Guiné, principalmente na Nigéria. A autoridade alfandegária nigeriana apreendeu farto armamento e munição em contêineres no porto, estes continham foguetes, granadas e outras munições que eram oriundas do Irã, endereçado à Gâmbia em 2010. Além

disso, 3422 armas oriundas da Turquia foram apreendidas entre 2017 e 2018 (Okafor-Yarwood; Pigeon, 2020). A Rússia foi a principal exportadora de armas para a região subsaariana, que inclui a região do GG, ficando a China em segundo lugar (Devermont, 2021).

Além dos problemas de pirataria, terrorismo e tráfico de drogas e armas abordados acima, a pesca ilegal, a falta de investimento e a guerra civil nos Estados que fazem parte do Golfo da Guiné contribuem para a falta de segurança na área. Para combatê-los, deve-se buscar formas de promover a correta aplicação das leis, com maior vigor. É necessária a cooperação internacional já que existe uma ligação profunda entre cartéis de drogas, grupos extremistas e redes criminosas de diversos países. É necessário também, forte investimento governamental no segmento econômico e social em seus próprios países, o que poderá impulsionar o crescimento econômico e emprego futuros, evitando que os jovens sejam cooptados por organizações criminosas locais e internacionais.

Trazendo à luz os ensinamentos de Till, e tentando entender os problemas ocorridos no Golfo da Guiné acima apresentados, buscou-se relatos de sua participação, durante uma visita ao Brasil, no I Ciclo Internacional de Conferências sobre o Poder Marítimo, acontecido na Escola de Guerra Naval, onde ele afirma que:

Todos estes elementos precisam dispor de uma forma de proteção: a força naval. A força naval contribui para o poder marítimo, como um de seus vários elementos, para sua proteção, para a obtenção de uma posição vantajosa, até de supremacia ou - o que parece ser a tendência no futuro - para assegurar o equilíbrio do sistema do comércio marítimo em um mundo globalizado (Till, 2006, p. 12).

4 A MARINHA DO BRASIL NO GOLFO DA GUINÉ

No contexto do aumento das ações de pirataria no Golfo da Guiné, intensificadas no início do século XXI, houve também o aumento da presença militar de nações preocupadas com a segurança marítima e a manutenção das LCM do comércio internacional, já que aquela área da costa ocidental da África é importante rota que conecta o Oceano Atlântico ao Mediterrâneo ao norte e aos oceanos Índico

e Pacífico ao Sul. O Brasil, representado pela Marinha do Brasil, está presente no Golfo da Guiné desde os idos de 1990, quando foi implementado o processo de assessoria para a criação da marinha da Namíbia. Desde então é ator de destaque naquela área do Atlântico Sul.

Neste capítulo pretende-se demonstrar algumas das ações desempenhadas pela Marinha do Brasil no Golfo da Guiné. Dentre essas ações estão a participação em operações naquela área do Atlântico Sul mantendo ação de presença e a ajuda técnica para a criação, adestramento e assessoria de pessoal para formação de algumas marinhas.

4.1 A Marinha do Brasil em operações no Golfo da Guiné

A proteção das águas ao longo da costa africana é uma questão de grande preocupação devido à pirataria, terrorismo, ao tráfico de drogas e armas, e à pesca ilegal. Inicialmente, esses problemas estavam mais concentrados no Chifre da África, onde fatores como extrema pobreza, instabilidade política e a atuação de grupos jihadistas, como o Al-Shabab, agravavam a situação. A intervenção internacional reduziu a pirataria nessa região de forma significativa, mudando o foco das ameaças de segurança do mar para o Golfo da Guiné, localizado na região ocidental da África (Leão, 2017).

A fragilidade do Golfo da Guiné é exacerbada pela instabilidade política e realidades socioeconômicas adversas, marcadas por extrema pobreza e grandes desigualdades sociais. Essa região é de importância estratégica para o Brasil, pois faz parte do Atlântico Sul, que é uma área prioritária conforme definido na PND. Portanto, garantir a proteção e promover políticas de defesa no Golfo da Guiné são fundamentais para os interesses do Brasil (Dias, 2022). Assim, o Brasil, por intermédio da Marinha do Brasil, iniciou sua participação em operações no Golfo da Guiné tendo ações destacadas nas operações Obangame Express, Grand African NEMO, Guinex e Felino.

A proteção das águas ao longo da costa africana, em especial no Golfo da Guiné, pode ser analisada à luz das teorias de segurança marítima e geopolítica, que ressaltam a importância do controle dos mares para a estabilidade regional e

global. Segundo a perspectiva de Alfred Mahan, a supremacia marítima é um fator determinante para o poder das nações, já que o domínio das rotas marítimas garante não apenas a defesa nacional, mas também o acesso a mercados globais e recursos estratégicos (Mahan, 1890).

Além disso, o conceito de segurança cooperativa, como descrito por Geoffrey Till, argumenta que a proteção dos mares no mundo contemporâneo depende cada vez mais da colaboração entre diferentes nações, já que as ameaças transnacionais, como a pirataria e o tráfico de drogas, não podem ser resolvidas por uma única nação isoladamente (Till, 2018). Nesse sentido, a participação do Brasil nas operações Obangame Express, Grand African NEMO, GUINEX e FELINO reflete o princípio de defesa cooperativa, onde o Brasil contribui com sua expertise naval para mitigar ameaças assimétricas no Golfo da Guiné, protegendo não apenas seus interesses estratégicos, mas também promovendo a estabilidade regional.

4.1.1 Operação Obangame Express

A Operação Obangame Express é uma das maiores e mais complexas iniciativas multinacionais focadas na segurança marítima no Golfo da Guiné, uma área estratégica e vulnerável ao crescimento de crimes como a pirataria e o tráfico de drogas. Organizada anualmente pelo Comando dos EUA para a África (AFRICOM), essa operação envolve a participação de diversas nações, incluindo países da OTAN e aliados como o Brasil. A contribuição brasileira é significativa, destacando-se pela expertise em operações navais e pelo papel ativo na formação de militares de países africanos. A presença constante do Brasil desde 2012 reflete o compromisso do país em promover a segurança coletiva na região e garantir a estabilidade de rotas marítimas globais essenciais (Gonçalves e Corbellini, 2014).

Além de combater atividades ilegais, a Obangame Express tem se consolidado como uma plataforma crucial para a interoperabilidade entre as marinhas participantes, aprimorando as técnicas de resposta conjunta a crises no mar. A atuação da Marinha do Brasil, com o envio de navios de guerra e unidades de patrulha, reforça sua capacidade de operar em contextos internacionais complexos e de alta ameaça. A integração dos militares brasileiros nos treinamentos, em especial

nas operações de guerra antissubmarino e interdição marítima, demonstra a capacidade da Marinha de se adaptar às demandas globais e de contribuir para a construção de uma rede de segurança colaborativa no Atlântico Sul e no Golfo da Guiné, região estratégica para o comércio marítimo e a economia global (Queiroz e Silva, 2022).

O aumento das atividades ilegais no Golfo da Guiné tem levado a uma intensificação dos exercícios marítimos multinacionais na região. O exercício Obangame Express promove a cooperação internacional para aprimorar as técnicas de defesa marítima contra pirataria, pesca ilegal e tráfico de drogas. O Brasil se destaca como um aliado crucial, desempenhando um papel ativo nos treinamentos e contribuindo para a formação de oficiais e praças nas marinhas africanas (Gonçalves e Corbellini, 2014).

A Marinha do Brasil participa desse exercício com o emprego de navios de guerra desde 2014, sendo representado pela primeira vez em 2012. Na edição mais recente, ocorrida entre cinco e quinze de maio de 2024, a Marinha do Brasil destacou o Navio-Patrolha Oceânico “Apa” que atuou em exercícios de técnica de abordagem, exercícios contra a pirataria, pesca ilegal e tráfico de drogas e operações de busca e salvamento. A Operação Obangame Express 2024 teve como objetivo proporcionar oportunidades de colaboração para forças africanas, americanas e parceiros internacionais, abordando preocupações marítimas transnacionais compartilhadas.

A Operação Obangame Express pode ser fundamentada a partir da teoria de segurança coletiva e da defesa cooperativa, conforme descritas por teóricos como Barry Buzan e Geoffrey Till. A segurança coletiva, segundo Buzan (1991), é baseada na premissa de que as ameaças transnacionais, como pirataria, terrorismo e tráfico ilícito, demandam uma resposta coordenada entre os Estados. Além disso, conforme a teoria de Geoffrey Till sobre o poder marítimo contemporâneo, a operação representa um exemplo de poder naval cooperativo (Till, 2009). Till argumenta que, na era moderna, as marinhas de diferentes países devem atuar de forma colaborativa, promovendo a dissuasão de atividades ilícitas e a manutenção da ordem nos mares.

4.1.2 Operação Grand African NEMO

A Operação Grand African NEMO é um exercício naval multinacional que ocorre anualmente no Golfo da Guiné, envolvendo a participação de diversas nações africanas e parceiras internacionais. Organizada pela França, em colaboração com países da região, a operação visa fortalecer a segurança marítima e combater atividades ilícitas, como pirataria, tráfico de drogas e pesca ilegal. O exercício foca na melhoria da cooperação regional e na capacitação das marinhas africanas, com treinamentos que abrangem patrulhamento marítimo, interdição de embarcações suspeitas e operações de busca e salvamento. A Marinha do Brasil tem se destacado em sua participação na Grand African NEMO, contribuindo com suas capacidades operacionais e reforçando os laços de cooperação internacional em uma região de grande importância estratégica (Archus, 2021).

A Operação Grand African NEMO, teve início no ano de 2018 e tem como objetivos a segurança marítima, a cooperação internacional e a proteção de recursos. Esta operação conta com a participação de diversos países e o Brasil coopera com o envio de navios de guerra, participação em exercícios conjuntos com outras marinhas e na troca de informações de inteligência. Em 2021 aconteceu uma participação maciça de nações, sendo utilizados cerca de 40 navios e aeronaves. Cooperaram nessa ocasião os seguintes países: Brasil, Portugal, Inglaterra, Itália, Estados Unidos, além dos países que compõem o Golfo da Guiné. Essa consistente participação buscou melhorar a interoperatividade visando combater a pirataria, pesca ilegal, tráfico internacional e poluição marítima, além de aumentar a segurança marítima na região (Archus, 2021).

Em 2022, fizeram parte da Operação NEMO, juntamente com os demais países, os Centros de Coordenação Nacionais da Arquitetura de Yaoundé, que utilizaram o *Yaoundé Architecture Regional Information System (YARIS)*, sistema de informações geográficas que permitiu a troca de informações e a coordenação de todos os envolvidos nas tarefas de segurança marítima (Moyer, 2022).

A Operação Grand African NEMO é um exemplo significativo da aplicação dos conceitos de segurança regional e cooperação marítima internacional, conforme descrito por teóricos como Barry Buzan e Geoffrey Till. Buzan (1991) discute que a

segurança regional é alcançada através da colaboração entre estados para enfrentar ameaças que afetam a estabilidade de uma região, como a pirataria, o tráfico de drogas e a pesca ilegal no Golfo da Guiné. Além disso, a teoria de Geoffrey Till sobre poder marítimo cooperativo (Till, 2018) é relevante para entender a Operação Grand African NEMO. Till argumenta que, na era moderna, as operações navais eficazes dependem da colaboração entre diferentes nações para garantir a segurança e a ordem no mar. A Grand African NEMO exemplifica essa abordagem ao promover o treinamento conjunto e a interoperabilidade entre as forças navais de diversos países, incluindo a Marinha do Brasil, que participa ativamente do exercício.

4.1.3 Operação GUINEX

A Operação GUINEX (Guiné Express), coordenada pela Marinha do Brasil desde 2021, reforça a presença estratégica do país no Golfo da Guiné, uma região de importância crescente para a segurança marítima global. Esse exercício militar visa a cooperação internacional e a promoção da estabilidade em águas onde a pirataria, o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas representam sérios desafios. A operação ocorre nos moldes de outros exercícios internacionais, como a Obangame Express e a Grand African NEMO, e tem o objetivo de estreitar os laços diplomáticos e operacionais com as nações costeiras africanas (Miranda, 2022).

Entre os principais propósitos da GUINEX, destaca-se o combate a ameaças assimétricas, como a pirataria, e a defesa contra atividades ilegais no mar. A operação envolve exercícios complexos de abordagem a navios suspeitos, inspeções a bordo e manobras com embarcações rápidas, treinando as forças participantes para atuar em regiões onde há uma maior incidência de crimes marítimos. A presença da Marinha do Brasil nessa região sublinha o compromisso do país com a segurança marítima internacional, especialmente em áreas críticas para o comércio global e a preservação de rotas estratégicas (Cerqueira, 2022).

Além dos exercícios de defesa, a Operação GUINEX também busca apresentar produtos da Base Industrial de Defesa Brasileira às marinhas parceiras, fomentando o intercâmbio tecnológico e a venda de equipamentos militares brasileiros, conforme destacado por Cerqueira (2022). Essa iniciativa ajuda a

promover a indústria de defesa nacional no mercado internacional, além de fortalecer a cooperação militar e econômica com os países da costa africana.

A Operação GUINEX pode ser fundamentada através da teoria de segurança marítima cooperativa e do conceito de diplomacia naval. Conforme descrito por Geoffrey Till, a segurança marítima cooperativa envolve a colaboração entre nações para enfrentar ameaças comuns no mar, através de exercícios conjuntos e operações coordenadas (Till, 2018). A GUINEX, conduzida pela Marinha do Brasil desde 2021, exemplifica essa abordagem ao reunir países da costa ocidental africana e parceiros internacionais para fortalecer a segurança marítima na região do Golfo da Guiné. O exercício visa não apenas melhorar a capacidade das marinhas participantes em operações de patrulhamento e interdição, mas também promover a cooperação regional para enfrentar desafios como a pirataria, o tráfico de drogas e a pesca ilegal.

A GUINEX representa um esforço significativo da Marinha do Brasil para utilizar sua expertise naval como uma ferramenta de diplomacia, reforçando laços com países africanos e promovendo a estabilidade na região. A operação inclui atividades como abordagens e inspeções de navios, manobras com embarcações rápidas e a aplicação de técnicas de operações especiais, demonstrando o compromisso do Brasil com a segurança regional e o desenvolvimento das capacidades das marinhas participantes. Essa abordagem não apenas contribui para a segurança marítima, mas também fortalece a presença e a influência do Brasil na região, alinhando-se com seus interesses estratégicos no Atlântico Sul.

4.1.4. Operação FELINO

A Operação FELINO é um exercício militar multinacional realizado no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), envolvendo as forças armadas dos países-membros, com o objetivo de promover a cooperação e a interoperabilidade entre as nações lusófonas. O foco da operação é o treinamento em missões de paz e ações humanitárias, com ênfase na preparação para cenários de apoio a populações civis em situações de crise (Reis, 2014).

A Marinha do Brasil tem participado ativamente da Operação FELINO desde

sua criação em 2000. A operação ocorre anualmente, alternando entre exercícios de campo e de simulação, e é organizada rotativamente por um dos países-membros da CPLP. A participação brasileira é marcada pelo envio de contingentes navais, tropas de fuzileiros navais e equipes de apoio logístico, desempenhando um papel significativo na formação de uma força multinacional coesa e eficaz. Em 2005, durante a Operação FELINO V, o Brasil destacou a Fragata Liberal (F43), que desempenhou um papel central nos exercícios navais realizados ao largo da costa de Angola. Nessa edição, a Marinha do Brasil focou em operações de evacuação de não-combatentes e apoio logístico em cenários de crise humanitária (Costa, 2018).

Na Operação FELINO VII em 2007, realizada em Moçambique, a Marinha do Brasil participou com uma equipe de fuzileiros navais, que foi integrada a uma força-tarefa multinacional para conduzir exercícios de segurança e operações de paz. Esse exercício foi crucial para o desenvolvimento de estratégias conjuntas de resposta rápida em situações de emergência. Durante a Operação FELINO X em 2010, a Marinha do Brasil destacou o Navio de Desembarque de Carros de Combate NDCC Ceará (G30), que participou de manobras complexas envolvendo operações anfíbias e apoio humanitário. Essa edição reforçou a capacidade da Marinha em projetar poder naval e oferecer suporte logístico em operações multinacionais (Reis, 2014).

Nas edições subsequentes, como a FELINO XII em 2012 e a FELINO XIV em 2014, a Marinha do Brasil continuou a desempenhar um papel proeminente, enviando unidades navais e equipes especializadas para participar de exercícios centrados em operações de paz e segurança marítima. A participação brasileira ajudou a consolidar a Operação FELINO como um exercício fundamental para a integração das forças armadas dos países de língua portuguesa (Costa, 2018).

Em outubro de 2023, na Guiné Bissau, aconteceu a última Operação FELINO que teve como finalidade o treinamento, organização, planejamento, comando e controle da Operação de Apoio à Paz e Ajuda Humanitária (Candé, 2023).

A Operação FELINO pode ser analisada à luz dos conceitos de cooperação internacional e interoperabilidade naval, conforme descrito por teóricos de segurança marítima como Geoffrey Till e Martin N. Murphy (2007). Till (2018) argumenta que a cooperação internacional é essencial para enfrentar ameaças marítimas

transnacionais e promover a estabilidade global.

4.2 Assessoramento Técnico

O Brasil tem promovido exercícios conjuntos e treinamentos para as marinhas do Golfo da Guiné, fortalecendo suas capacidades de resposta a ameaças marítimas. Isso tem resultado em uma maior eficiência operacional das forças navais locais. O intercâmbio contínuo de informações entre o Brasil e nações parceiras no Golfo da Guiné tem facilitado a identificação e neutralização de atividades ilícitas, aumentando a eficácia das operações de segurança. O suporte logístico e técnico oferecido pelo Brasil, incluindo a modernização de infraestruturas navais, tem sido crucial para o fortalecimento das capacidades regionais de defesa (Guastini, 2020). Nesse diapasão, além de participar de várias operações e exercícios na área do Golfo da Guiné, como descrito acima, o Brasil possui acordos bilaterais com países do entorno do Golfo, assim, apresentaremos abaixo a cooperação brasileira com a Namíbia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, que também faz parte do esforço para segurança naquela área.

4.2.1 Cooperação entre a Marinha do Brasil e a Namíbia

O Brasil possui acordo com a Namíbia, país localizado ao sul do Golfo da Guiné e que está dentro da área estratégica definida pela END, para a criação, assessoramento e formação da marinha daquele país. De acordo com Almeida (2012), Brasil e Namíbia possuem laços desde 1987, quando o então líder do movimento de libertação namibiano visitou o Brasil sendo recebido pelo então Presidente José Sarney, o que deu início as tratativas para o acordo de cooperação bilateral futuro.

O Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia (ACNBN) teve seu marco histórico em 1991 com a visita do Presidente Collor à Namíbia, essa visita culminou na assinatura, em março de 1994, do ACNBN. Nessa ocasião, a Marinha do Brasil enviou a Fragata Niterói, o que foi entendido pela Namíbia como um sinal de

deferência especial (Monteiro, 2017).

Em um acordo inicial de 5 anos, o ACNBN foi assinado com a finalidade principal de assessoria para a criação da Marinha da Namíbia, sendo incluídos também: levantamento hidroceanográfico do litoral da Namíbia; fornecimento de meios navais; formação de pessoal; e implementação de uma base naval (Monteiro, 2017). Ato contínuo à assinatura do ACNBN, conforme previsto no acordo, foi criada em maio de 1994 a Missão Naval Brasileira na Namíbia (MNBC) (Galante e Poggio, 2024).

Desde a assinatura do ACNBN foram fechados vários outros acordos, incluindo formação de pessoal para o Corpo de Fuzileiros Navais e a doação e venda de navios, usados e novos. Além disso, de acordo com Almeida (2012), verificou-se a necessidade da criação, em 2010, da Missão de Assessoria Naval na Namíbia (MAN-Namíbia) com a finalidade de apoio aos meios navais.

A Missão de Assessoria Naval do Brasil na Namíbia (MAN-Namíbia) atua diretamente no desenvolvimento da marinha daquele país e tem ajudado a estruturar e modernizar a capacidade operacional, oferecendo assessoria técnica contínua, além de promover treinamentos e intercâmbios para oficiais e praças namibianos em instituições de ensino da Marinha do Brasil. A missão também facilita a transferência de tecnologia naval e a manutenção de embarcações, sendo fundamental para garantir que a Namíbia desenvolva uma força marítima capaz de enfrentar desafios como a proteção de recursos naturais, o combate à pesca ilegal e a segurança das rotas marítimas na costa africana (Almeida, 2012). De acordo com Galante e Poggio (2024), foram formados 1.179 militares namibianos e o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais treinou 932 militares, levando a criação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia, em 2016.

4.2.2. Cooperação entre a Marinha do Brasil e o Cabo Verde

A cooperação entre a Marinha do Brasil e Cabo Verde é marcada por um forte intercâmbio técnico e militar, centrado principalmente nas Missões de Assessoria Naval. Essas missões são essenciais para o fortalecimento das capacidades navais do país africano, cuja localização estratégica no Atlântico Norte o torna um ponto

importante para a segurança marítima na região. Desde o início dessa cooperação, o Brasil tem desempenhado um papel central na capacitação de militares cabo-verdianos, promovendo treinamentos técnicos, intercâmbio de oficiais e praças, e fornecendo suporte para o desenvolvimento de uma marinha mais eficiente e moderna (Costa, 2023).

Esta parceria remonta a um relacionamento diplomático e estratégico que se intensificou nas últimas décadas, especialmente no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da segurança marítima no Atlântico Sul. A participação do Brasil em operações conjuntas com Cabo Verde tem como objetivo fortalecer a segurança regional, compartilhar conhecimentos técnicos e promover a integração das forças navais (Costa, 2023).

Desde o início dos anos 2000, a Marinha do Brasil tem participado de diversas missões em Cabo Verde, muitas delas no âmbito de exercícios conjuntos e operações de treinamento. Um marco significativo dessa cooperação foi a participação de navios da Marinha do Brasil em exercícios navais como a Operação FELINO, que é uma operação multilateral da CPLP. Nessas ocasiões, a Marinha do Brasil enviou navios como a Fragata Niterói (F40) e o Navio-Patrolha Grajaú (P40), que desempenharam papéis cruciais em exercícios de patrulha, segurança marítima e assistência humanitária (Souza, 2022).

A Missão de Assessoria Naval Brasileira em Cabo Verde (MAN Cabo Verde), atuante desde 2013, se concentra na formação de pessoal e na transferência de conhecimento técnico sobre operações navais, patrulhamento costeiro e manutenção de equipamentos. Além disso, a MB apoia Cabo Verde no desenvolvimento de estratégias para o combate às atividades ilícitas no mar, como o tráfico de drogas e a pesca ilegal, que são problemas recorrentes na região. A missão também promove a troca de experiências e a modernização da frota cabo-verdiana, ajudando o país a garantir a segurança de suas águas territoriais e a proteger suas zonas econômicas exclusivas, fundamentais para o desenvolvimento sustentável de suas atividades pesqueiras e turísticas (Mattos, 2017).

Do ponto de vista estratégico, a parceria entre a Marinha do Brasil e a Marinha de Cabo Verde contribui para a promoção da segurança regional e para a estabilidade do Atlântico Sul. A colaboração entre os dois países reflete uma

abordagem proativa para enfrentar desafios de segurança marítima e para garantir a proteção das zonas econômicas e dos recursos marítimos, que são vitais para o desenvolvimento econômico e para a segurança nacional (Mattos, 2017).

Em síntese, Lopes (2023) afirma que a cooperação entre a Marinha do Brasil e a Marinha de Cabo Verde representa uma iniciativa estratégica e multifacetada que contribui significativamente para o fortalecimento das capacidades navais e para a segurança marítima na região do Atlântico Sul. Por meio de exercícios conjuntos, programas de treinamento e intercâmbios técnicos, os dois países desenvolvem uma parceria sólida e eficaz, alinhada com os princípios de cooperação internacional e de segurança marítima sustentável.

4.2.3. Cooperação entre a Marinha do Brasil e São Tomé e Príncipe

Este pequeno país composto por duas ilhas maiores, São Tomé e Príncipe, e outras ilhas menores está situado na costa ocidental do continente africano, próximo às Costas do Gabão, da Guiné Equatorial, de Camarões e da Nigéria e faz parte do Golfo da Guiné (Clarence-Smith, 2019). O país possui relações com o Brasil desde 1975, ocasião em que conquistou sua independência. Desde então diversos acordos de cooperação foram firmados entre os países e no campo da Defesa, a cooperação iniciou-se a partir do III Simpósio das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ocorrido nas dependências da Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, em maio de 2012. Na ocasião, Angola, Brasil e Portugal ofereceram cursos, intercâmbios e estágios para Oficiais e Praças em instituições de ensino militares com o objetivo de transferir conhecimento operativo, de planejamento e de execução de patrulha marítima. Além disso, o Brasil ofereceu ajuda para criação de um sistema de monitoramento e controle das águas jurisdicionais daquele país (CPLP, 2012).

Em 2015 foi implantado o Núcleo da Missão Naval Brasileiro em São Tomé e Príncipe com o propósito de estudar as necessidades da Guarda Costeira do país com intuito de elaborar uma proposta de acordo de cooperação em Defesa entre os dois países. Em complemento, o Núcleo deveria atuar no monitoramento e suporte das atividades do Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais em solo africano;

administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais; e o assessoramento ao embaixador em São Tomé e Príncipe. Em 2020, o Núcleo passou a se chamar Missão de Assessoria do Brasil em São Tomé e Príncipe.

A cooperação entre a Marinha do Brasil e São Tomé e Príncipe tem sido um aspecto crucial na promoção da segurança marítima e no fortalecimento das capacidades navais do pequeno país africano. Esta parceria reflete o compromisso do Brasil com a estabilidade e o desenvolvimento de nações africanas através de colaboração em diversas áreas, incluindo a segurança marítima, treinamento e capacitação (Violante e Pedone, 2021). Ainda, segundo Violante e Pedone (2021), essa colaboração é um exemplo de como o Brasil utiliza sua experiência e recursos para apoiar a segurança marítima global e ajudar a fortalecer as capacidades navais de nações parceiras, contribuindo para a construção de uma rede de segurança e cooperação internacional no setor marítimo.

Neste capítulo buscou-se apresentar as várias formas em que o Brasil, através da Marinha do Brasil, cooperou com as marinhas dos países do Golfo da Guiné para a formação e preparação, criação e aprestamento, visando a proteção e segurança daquela área que é continuamente assolada por problemas como pirataria, terrorismo, tráfico de drogas e armas e ainda a pesca ilegal.

Nesse contexto de cooperação mútua, Till (2018) argumenta que apesar dos esforços conjuntos, a ameaça terrorista não pode ser descartada. Ainda, segundo Till (2018), a “boa ordem no mar” passa por uma visão de domínio marítimo que abrange os níveis estratégico, operacional e tático e que requer a sinergia entre as marinhas.

5 CONCLUSÃO

Para concluir a pesquisa sobre estratégias marítimas para o Atlântico Sul, é fundamental destacar a complexidade e a importância crescente desta região no contexto global. O Atlântico Sul não apenas serve como uma importante rota comercial intercontinental, mas também abriga recursos naturais estratégicos, como o petróleo do pré-sal brasileiro, e ecossistemas marinhos de significativa biodiversidade. A análise das estratégias marítimas nesta área revela uma interação

dinâmica entre segurança, economia, meio ambiente e diplomacia, moldada por teóricos como Alfred Thayer Mahan e Geoffrey Till.

A influência de Mahan é evidente ao considerar que o controle do mar é essencial não apenas para a segurança nacional, mas também para a projeção de poder e a proteção de interesses econômicos. Sua teoria é complementada por Till, que amplia o escopo da estratégia marítima contemporânea, abrangendo desde a guerra naval convencional até a segurança marítima e a cooperação internacional. A aplicação dessas teorias no Atlântico Sul destaca a necessidade de uma abordagem multifacetada, que não só proteja os recursos naturais e as rotas comerciais, mas também promova a estabilidade regional através da cooperação entre os estados costeiros.

A atuação da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné exemplifica como as nações podem utilizar suas marinhas não apenas para proteger interesses nacionais distantes, mas também para fortalecer sua influência regional e global. A presença naval brasileira na região não se limita ao combate à pirataria, ela envolve o fortalecimento de laços diplomáticos, a cooperação em segurança marítima e o desenvolvimento de capacidades navais em países parceiros. Isso não apenas aumenta a segurança no Golfo da Guiné, mas também posiciona o Brasil como um ator relevante no Atlântico Sul, capaz de liderar iniciativas de segurança e promover a estabilidade econômica e ambiental na região.

Além dos desafios tradicionais de segurança, como a pirataria, terrorismo, e o tráfico ilegal, as estratégias marítimas no Atlântico Sul também enfrentam novos desafios. A diplomacia marítima desempenha um papel importante na construção de confiança entre os estados do Atlântico Sul, promovendo a cooperação em questões de segurança, comércio e desenvolvimento sustentável. Fóruns regionais, como a Zopacas, oferecem plataformas importantes para o diálogo e a negociação de acordos que beneficiem todos os países envolvidos. A construção de uma ordem marítima baseada em regras, onde os direitos são respeitados e as responsabilidades compartilhadas, é importante para a estabilidade e prosperidade da região.

As estratégias marítimas para o Atlântico Sul devem ser adaptáveis, colaborativas e centradas na segurança, no desenvolvimento econômico sustentável

e na preservação ambiental. A aplicação das teorias de Mahan e Till oferece um quadro conceitual robusto para orientar políticas e investimentos que promovam a segurança e a cooperação regional. Com um enfoque estratégico e cooperativo, os Estados limítrofes do Atlântico Sul, particularmente os do Golfo da Guiné, podem não apenas proteger seus interesses comuns, mas também contribuir para a segurança global e a sustentabilidade ambiental, posicionando a região como uma força positiva no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, S. South Atlantic: **Brazil-Africa Relations in the field of security and defense**. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, Porto Alegre, v. 02, n. 04, p.47-68, 2013.

ALMEIDA, Cláudio Henrique Mello de. **A Presença da China na Costa Ocidental da África – o caso da Namíbia: implicações para o poder naval brasileiro**. Orientador: Francisco Eduardo Alves de Almeida. 2012. 155 p. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **Alfred Thayer Mahan e a Geopolítica**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v 130, n. 04/06, abr/jun. 2010.

ARCHUS, Dorian. **France leads Grand African Nemo exercise in the Gulf of Guinea**. Naval Post, 2021. Disponível em: <https://navalpost.com/france-leads-grand-african-nemo-exercise/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRASIL, Marinha do Brasil. **Amazônia Azul**. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/. Acesso em: 25 mai. 2024.

BRASIL, **Decreto nº 99.165, de 12 de Março de 1990**. Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL, Ministerio da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 25 mai. 2024.

BRASIL, Ministério da Defesa, **Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim à BBC Brasil**, 08 mai. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/08-05-2013-defesa-em-entrevista-a-bbc-amorim-evidencia-africa-como-espaco-prioritario-de-cooperacao>. Acesso em: 18 ago. 2024.

BUZAN, Barry. **New patterns of global security in the twenty-first century**. International affairs, v. 67, n. 3, p. 431-451, 1991.

CANDÉ, Aliu. **Guiné-Bissau: CPLP inicia exercício na Carta Felino 2023**. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/guin%C3%A9-bissau/20231005-guin%C3%A9-bissau-cplp-inicia-exerc%C3%ADcio-na-carta-felino-2023>. Acesso em: 30 ago. 2024

CARMONA, Ronaldo Gomes. **Geopolítica clássica e geopolítica brasileira contemporânea: Mahan, Mackinder e a grande estratégia do Brasil para o século XXI**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. **A Amazônia Azul**. Revista Marítima Brasileira, 2004. Disponível em:

<https://www.repositorio.mar.mil.br/bitstream/ripcmb/27819/1/0000026a.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2024.

CASTRO, Terezinha de. **África, geografia, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CERQUEIRA, Thaís. **Guinex-II: operação no Golfo da Guiné visa aumentar a segurança marítima no Atlântico Sul**. Agência Marinha de Notícias, 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/guinex-ii-operacao-no-golfo-da-guine-visaaumentar-seguranca-maritima-no-atlantico>. Acesso em: 01 ago. 2024.

CLARENCE-SMITH, William Gervase. **São Tome e Príncipe**. Encyclopædia Britannica inc, 24 out. 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Sao-Tome-and-Principe>. Acesso em: 25 ago. 2024.

COSTA, Marcos Phelipe Dias da. **Interoperabilidade: o impacto da diminuição das ações com tropas e meios nas operações de adestramento conjunto**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Murilo Gomes da. **Desafios da Revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul no Contexto da Década Oceânica (2021-2030)**. Atlantic Centre. 2023. Disponível em: https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/pub/acpubs/Documents/Atlantic-Centre_PB_16.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

CPLP. **Ata do III Simpósio das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Brasil. 10 de maio de 2012. Disponível em: https://cplp.defesa.pt/Marinhas%20da%20CPLP/20120510III%20SMCPLP_Atta_RioJaneiro2012.pdf?Mobile=1&Source=%2F%5Flayouts%2Fmobile%2Fview%2Easpx%3FList3Daef622c0%252D1464%252D4313%252Dba80%252Db162da028107%26View%3Daabe174c%252D6614%252D4934%252D95e2%252D11830f6a18ab%26CurrentPage%3D1>. Acesso em: 12 ago. 2024.

DEVERMONT, Judd. **False Choices: U.S. Policy toward Coastal West Africa and the Sahel**. Center for Strategic and International Studies (CSIS). 2021. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/false-choices-us-policy-toward-coastal-west-africa-and-sahel>. Acesso em: 15 ago. 2024.

DIAS, Carlos Alexandre Alves Borges. **A Diplomacia Naval no Entorno Estratégico brasileiro: um estudo de caso da atuação da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné (2014-2021)**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Superior de Defesa (ESD). Brasília. 2022.

FRENCH, Navy. **Maritime Security Annual Report 2023**. Maritime Information, Cooperation & Awareness Center. Brest. 2023. 155p. Disponível em: <https://www.mica-center.org/en/home/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

GALANTE, Alexandre; POGGIO, Guilherme. **irmãos de Armas: 30 anos do Acordo**

de Cooperação Naval Brasil-Namíbia. Sítio Poder Naval, 2024. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2024/03/30/irmas-de-armas-30-anos-do-acordo-de-cooperacao-naval-brasil-namibia/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

GONÇALVES, Turíbio; CORBELLINI, Mariana. **A estratégia marítima brasileira contemporânea para o Atlântico Sul.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307651135_A_ESTRATEGIA_MARITIMA_BRASILEIRA_CONTEMPORANEA_PARA_O_ATLANTICO_SUL. Acesso em 25 ago. 2024.

GUASTINI, Ricardo Lhamas. **A oceanopolítica como instrumento da diplomacia de defesa no entorno estratégico brasileiro: um estudo de caso sobre a atuação da Marinha do Brasil (MB) no Golfo da Guiné (2012-2020).** Trabalho de Conclusão de Curso – artigo científico - apresentado à Comissão de Avaliação de TCC da Escola Superior de Guerra. Brasília. 2020.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. **A estratégia geopolítica brasileira para o Atlântico Sul.** Tensões Mundiais, v. 12, n. 22, p. 259-293, 2016.

KINGDOM, Government of the United. **Foreign travel advice – Nigeria.** Government of the United Kingdom, 2022. Disponível em: <https://www.gov.uk/foreign-traveladvice/nigeria/terrorism>. Acesso em: 14 ago. 2024.

KWARKYE, Sampson. **West African coastal terror attacks: just the tip of the iceberg. Institute for Security Studies (ISS).** 2022. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/west-african-coastal-terror-attacks-just-the-tip-of-the-iceberg>. Acesso em: 13 ago. 2024.

LEÃO, Brenda Cardoso Severino et al. **Relações Brasil-África: a Importância Estratégica do Golfo da Guiné.** 2016. 2017.

LEMOS, Gustavo Caramori de. **Cooperação brasileira com Angola, com a Namíbia e com a África do Sul em matéria de defesa: os benefícios para o Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso, Brasília, 2019.

LOPES, Michael Scheffer. **A cooperação internacional no oceano atlântico para a segurança marítima.** Gestão das zonas costeiras, p. 231. 2023. Disponível em: <https://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2022/08/RevistaBrasileiraHistoriaMilitar-ed31-artigo3.pdf>. Acesso em 10 ago. 2024.

MAHAN, A. T. **The influence of sea power upon history, 1660-1783.** 12. ed. Boston: Little, Brown and Company, 1890. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/13529/13529-h/13529-h.htm>. Acesso em: 03 ago. 2024.

MARINHA DO BRASIL. **Estratégia de Defesa Marítima.** 1ª ed. Brasília: Estado-Maior da Armada, 2023. (EMA-310, Ostensivo).

MARRONI, Etienne Villela; VIOLANTE, Alexandre Rocha; CABRAL, Ricardo Pereira.

ONU, **The World Drug Report 2024 is published on the UNODC**. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/world-drug-report-2024.html>. Acesso em 20 ago. 2024.

PEREIRA, Analúcia Danilevic; BARBOSA, Luísa Calvete Portela. **O Atlântico Sul no contexto das relações Brasil-África**. Revista Século XXI, Porto Alegre, V. 3, Nº1, Jan-Jun 2012. Disponível em: <https://seculoxxi.espm.br/xxi/article/view/42/46>. Acesso em 05 ago. 2024.

PIMENTEL, C. R. **O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul**. Tensões Mundiais – Revista do Observatório das Nacionalidades (Edição Temática): A Defesa do Atlântico Sul, v. 12, n. 22, jan./jun. 2016, p. 113–143. Portal Tensões Mundiais. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/393>. Acesso em: 01 ago. 2024.

QUEIROZ, Moreno de; SILVA, Marcos Valle Machado. **Obangame Express- uma “ponte estratégica” para o Golfo da Guiné**. Revista da EGN, v. 28, n. 2, p. 405-435, 2022. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/3985>. Acesso em: 10 jul. 2024.

REIS, Marcelo da Costa. **A Projeção Anfíbia como instrumento para as Operações de Paz no Atlântico Sul**. Âncoras e Fuzis, n. 45, p. 19-23, 2014. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/ancorasefuzis/article/view/4054>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SOUZA JUNIOR, José Carlos de. **A atuação da Marinha do Brasil no apoio ao combate de atividades ilícitas no Golfo da Guiné**. Trabalho de Investigação Individual, Pedrouços, 2022. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/42479>. Acesso em: 15 jul. 2024.

TILL, Geoffrey. **Poder marítimo: questões relevantes e desafios**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 7, p. 8-31, jun. 2006. Disponível em: . Acesso em: 05 ago. 2024.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. 4. ed. Londres: Frank Cass, 2018.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. **Política externa, política de defesa e cooperação sul-sul como grande estratégia na África ocidental: Um Estudo de Caso em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe**. Universidade Federal Fluminense. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos. Niterói, 2017.

VIOLANTE, Alexandre Rocha; MARRONI, Etienne Villela; PEDONE, Luiz. **Diálogos na Cooperação Sul-Sul (1995-2016): Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe**. Coleção Dinâmicas Contemporâneas História, Geopolítica & Relações Internacionais Vol. 1. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361447265_dialogos_na_cooperacao_sul-sul_brasil_cabo_verde_e_sao_tome_e_principe. Acesso em 15 jul. 2024.

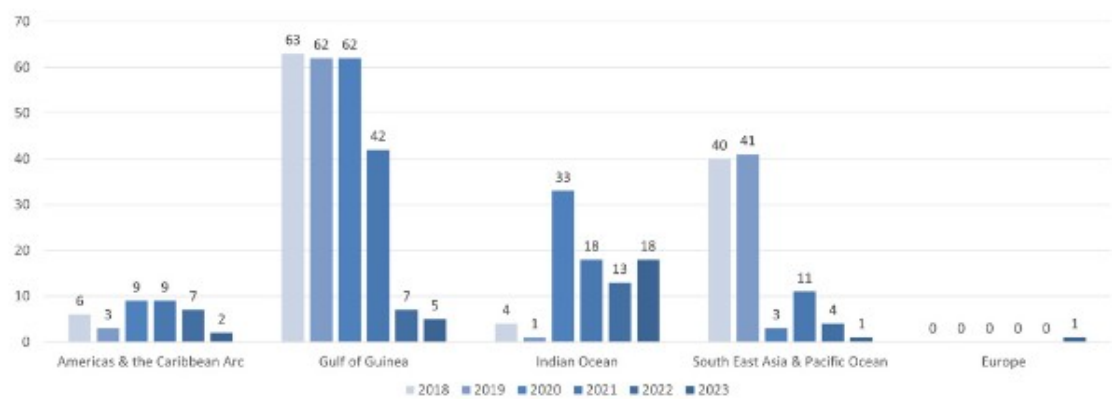
VIOLANTE, Alexandre Rocha; PEDONE, Luiz. **Avaliação da implementação da cooperação sul-sul do Brasil com São Tomé e Príncipe nos governos Cardoso, Lula e Rousseff**. Brazilian Journal of International Relations, v. 9, n. 3, p. 491-530. 2021. Disponível em:
[https://www.researchgate.net/publication/367856817_Avaliacao_da_implementacao_da_cooperacao_sul-sul-do-Brasil-com-Sao-Tome-e-Principe-nos-governos-Cardoso-Lula-e-Rousseff](https://www.researchgate.net/publication/367856817_Avaliacao_da_implementacao_da_cooperacao_sul-sul_do_Brasil_com_Sao_Tome_e_Principe_nos_governos_Cardoso_Lula_e_Rousseff). Acesso em 21 jul. 2024.

WANGLON, Carolina Paz e Paolla. **Manual sobre o uso da força e armas de fogo por agentes da Segurança Pública**. Tradução para o português:, Porto Alegre, Rio Grande do Sul 2021, 260 p. Disponível em :
https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Manual_Uso_da_Forca_online2.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

ANEXOS

Figura 1 – Estatística anual de ações de Pirataria ocorridas de 2018 a 2023

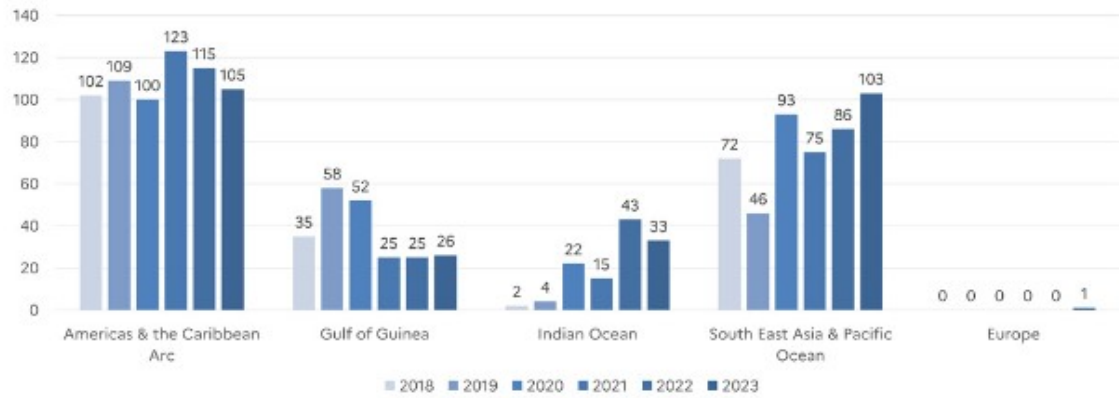
Piracy by zone



Fonte: Revista Maritime Security (2023, p. 14).

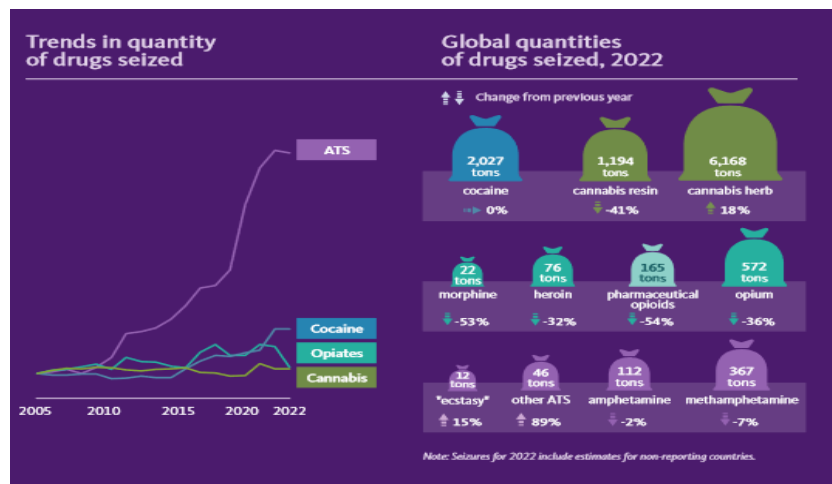
Figura 2 – Estatística anual de ações de roubo a navio ocorridos de 2018 a 2023

Robbery by zone



Fonte: Revista Maritime Security (2023, p. 14).

Figura 3 – Quantidade de drogas apreendidas no mundo



Fonte: The World Drug Report (2024).

Figura 4 – Tráfico de Drogas “de” e “para” a África



Fonte: The World Drug Report (2024).